

ESPAÇO, TERRITÓRIO E PODER POLÍTICO ¹

Claudemiro Ferreira da Cruz Neto²

O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si. (Claude Raffestin)

O tema em questão, neste artigo, é intrínseco à Geografia. Pode-se afirmar a existência de uma longa tradição na relação entre a ciência geográfica e a temática em foco. Então, o que torna específico e justifica mais este enfoque?

Acredita-se que a assunção explícita de um determinado ponto de vista metodológico e a significação dos termos do discurso, em acordo com as questões epistemológicas postas pela racionalidade hodierna, cumpram este papel.

A explicitação do método de interpretação decorre da concordância com Moraes (1984, p. 27) quanto a sua definição e importância, ou seja, “[...] uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica” e necessária ao controle lógico e a consciência que o pesquisador deve ter dos instrumentos de seu trabalho. Ao contrário do que possa parecer a olhares pós-modernos apressados, a definição metodológica não implica uma visão doutrinária, já que se tem em mente a necessidade de proceder à revisão constante dos seus pressupostos, face à realidade analisada, como a única postura cientificamente aceitável. Representa antes, isto sim, uma recusa em enveredar pela saída fácil, porém perigosa do ecletismo (o uso de proposições de variados métodos sem levar em consideração seus pressupostos antagônicos). O método tem abrangência para além de cada campo da ciência isoladamente e implica em orientações genéricas, experiências acumuladas, conceitos e categorias lapidados que balizam a reflexão, constituindo uma ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produção historicamente acumulada.

Neste trabalho, assume-se como método de interpretação da realidade em estudo o materialismo histórico e dialético, também denominado de “marxismo”, nos termos em que assim o define Moraes (1984, p. 47)

O materialismo histórico e dialético trabalha [...] com sucessivos e interpenetrantes procedimentos de abstração e concreção. Isto é, caminha da experiência para o abstrato [...] e deste ascende para o concreto. A este segundo momento do processo cognitivo denomina-se totalização [...]. O concreto é assim um resultado da reflexão: a realidade compreendida e não a diretamente vivenciada (como supõe o positivismo). A compreensão dessa realidade deve, contudo, ser relativizada tanto historicamente quanto em função dos limites da pesquisa realizada. [...] A explicação flui não da exaustão da análise e do esgotamento dos dados do real, mas pela relevância do processo investigado.

Contrapondo-se à tendência positivista de definição *a priori* e exclusiva de um objeto geográfico, o marxismo opera dialeticamente através das idéias de determinação e mediação e busca na análise histórica a formação do fenômeno ou evento. Pelo que, para Moraes (1984, p. 53) “[...] o objeto geográfico deverá ser um processo concreto que possua uma relativa autonomia de manifestação na própria realidade, sendo esta identidade específica vista como um segmento de uma totalidade maior”. É a lógica dialética operando com o movimento e a contradição, como forma de ser dos fenômenos, e buscando nas determinações e nas mediações do real a articulação/relação do universal com o particular através do singular. Portanto, o objeto é o espaço geográfico visto enquanto o âmbito no qual se materializam as relações de poder, ou seja, enquanto

¹ Este trabalho faz parte das atividades do Mestrado em Geografia – UFS e foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, sob a orientação da Professora Alexandria Luz Conceição.

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. cruzneto@ufba.br.

espaço-território, pois, se entre homem e espaço não se estabelecem relações de poder, o espaço geográfico adquire um papel específico, já que as relações de poder se evidenciarão como relações sociais entre indivíduos ou grupos pela apropriação e uso do espaço. O espaço torna-se então território, sendo este, conforme Souza (1995, p.78) “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Mas, o que é o poder? Para Sánchez (1992, p.23) o poder é um processo relacional e deve ser visto como “[...] fluxo, quer dizer, como processo de comunicação inerente a toda a relação não possuindo existência própria”, e que se ancora na obediência como mecanismo básico das relações de domínio e dependência que expressam relações de poder.

Num contexto social de relações de poder assimétricas é preciso destacar o contra-poder. Para Turco, *apud* Sánchez, “[...] o poder supõe um contra-poder, que o levaria a autocontrolar-se em seu exercício na proporção do risco de fracasso frente ao contrapoder, enquanto este representa uma forma de oposição à obediência” (1992, p. 27).

Numa sociedade assimétrica, a desigual distribuição de poder se expressa na apropriação do espaço, ou, dito de outra forma, na territorialização do poder. Esta territorialização decorre, portanto, das práticas políticas, entendidas como “[...] as ações sociais que têm por finalidade a conquista ou a obtenção do poder” (BARRIOS, 1986, p.6).

A estrutura política da sociedade se mantém e se transforma através das práticas políticas, constituindo uma instância específica da vida social, que só se torna inteligível quando examinada a partir das relações de produção que a fundamentam e justificam. Entretanto, a política aparece com um aspecto particular das práticas sociais, sempre que sua realização envolva o estabelecimento de relações de poder, dado que ela é a instância através da qual se concretiza a gestão do poder.

As ações políticas têm claro reflexo espaço-territorial, mas não se pode esquecer o efeito do espaço-território sobre a política – o que significa dizer que as relações e os conflitos sociais podem derivar-se de distintas posições sociais. Em cada contexto social, e para cada agente, situação ou escala, se estabelecem estratégias de apropriação diversas. O espaço participa como meio para que possam dar-se as relações sociais, econômicas, políticas ou ideológico-culturais, ou como o âmbito a dominar na relação com outros homens.

Neste ponto da análise, surgem duas questões de ordem metodológica a resolver, caso se queira passar do plano teórico-conceitual da problemática entre espaço, território e poder para o de um projeto de pesquisa operacionalizável.

A primeira questão diz respeito ao recorte espacial adequado, já que se trata de analisar o âmbito das relações sociais, nas quais o espaço geográfico intervém como um dos fatores na relação entre poder e contra-poder, e este varia desde a escala global, em que os estados são uma unidade significativa, até as relações de poder interpessoal.

Para Sánchez (1992, p. 36), “[...] um critério delimitador da escala pode ser considerar todas as instâncias políticas possíveis, agrupá-las por objetivos homogêneos, e recortar o campo lógico de atuação espacial de cada uma delas”. Neste caso, cumpre levar em consideração que o que ocorre em um espaço-território não é exclusivamente o resultado das decisões, atuações e processos que tenham tido lugar no seu interior e que se constituem como “horizontalidades” (SANTOS, 1994, p.54), sendo que estas se verão afetadas, em maior ou menor grau, por decisões e atuações exteriores ao espaço-território considerado e que constituem as “verticalidades” (Ibid).

Quando retomam a idéia de mediação entre intenção e ação como componente de poder no domínio da escala, Isnar, Racine e Reymond (*apud* CASTRO, 1995, p. 127) “[...] ressaltam a sua importância para a compreensão dos papéis desempenhados pelos diferentes agentes de produção do espaço” e chamam a atenção para “os rebatimentos espaciais específicos das ideologias e das ações de atores públicos e privados” (Ibid).

A segunda questão diz respeito ao recorte temporal empregado na análise. A sucessão de acontecimentos históricos sobre um mesmo espaço geográfico exige que se leve em consideração, na interpretação, as relações sociais conflitivas territorializadas. Por um lado, porque um mesmo território esteve submetido ao longo do tempo à ocupação e dominância de diversos grupos ou indivíduos, com diversas culturas e ideologias, o que implica em diferentes formas de atuação sobre

o território. Porém, também implica em que cada forma posterior deve partir e remodelar uma forma anterior e assim sucessivamente, em um processo genealógico inseparável.

Para Sánchez, “[...] na prática, só as relações de poder de cada momento darão a resposta real às diversas aspirações e desejos projetados sobre um território” (1992, p. 38). Sendo assim, o estudo genealógico de um espaço-território pode ser um ato objetivo, enquanto reflete o processo real sucedido nele. Ao contrário, a interpretação genealógica de uma situação concreta será um ato ideológico, se implicar numa tomada de posição sobre qual é o momento que deve ser considerado como legítimo para interpretar a situação atual. A situação pode ser objetiva, mas a valorização de um momento sobre o outro é, em si mesma, subjetiva.

Para a solução deste dilema Santos (2001) propõe “[...] encontrar e desenvolver nexos horizontais e verticais”. A tarefa complica-se na medida em que, na sua gênese as variáveis do espaço são assíncronas, mas “[...] em cada lugar funcionam sincrônica”. Cumpre então “[...] escolher as variáveis-chaves que, em cada pedaço do tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos período. Eis o princípio a partir do qual podemos valorizar os processos e reconhecer as novidades da história do território” (SANTOS, 2001, p. 23).

Assim, a consideração das escalas de espaço e tempo implica no dilema da priorização de algumas variáveis e de sua interação, sem aderir à atração de que um termo condiciona ou predetermina irrestritamente o outro.

O reconhecimento da importância da articulação entre o recorte espacial e o temporal levou Haesbaert (2002, p. 103) a falar em “escalas espaço-temporais”, como uma necessidade da análise conjunta e indissociável das dimensões “espacial/geográfica” e “temporal/histórica” da realidade. Daí sugerir as questões de como podem ser definidas as escalas espaciais/geográficas e as escalas temporais/históricas, ou como estas escalas se relacionam ou se imbricam, e se é possível reconhecer uma lógica neste relacionamento. Sem conseguir chegar a uma resposta razoável para as questões levantadas, o autor afirma que é “[...] na dinâmica do entrecruzamento entre o local, o regional, o nacional e o internacional, e dos inúmeros tempos [...], é aí que podemos encontrar um caminho fértil para nossas pesquisas”. (HAESBAERT, 2002, p. 114). Mesmo assim, o autor nos propõe três conjuntos de questões a serem respondidas pelos estudos concretos que as venham enfrentar:

[...]. A questão da velocidade, dos ritmos espaço-temporais ou “geo-históricos” de transformação: o que muda lentamente ou rapidamente no tempo e concomitantemente o que se amplia e se reduz em termos territoriais; a questão das delimitações geográficas e históricas: o que é passível de delimitações precisas (ou relativamente precisas) no tempo e no espaço, e que implicações trazem estas fronteiras para o entendimento da sociedade; a relação entre aceleração-desaceleração (no tempo) e a ampliação-redução (no espaço), bem como o seu vínculo com a questão da fluidez-rigidez das delimitações ou fronteiras. (HAESBAERT, 2002, p. 114).

Considerar o espaço-território como “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” implica em precisar a sua apropriação. Em cada contexto social, e para cada agente, situação ou escala têmporo-espacial, se estabelecerão estratégias de apropriação cujos objetivos podem ser de diversos tipos, gerando conflitos possíveis, na mesma medida em que um mesmo espaço-território pode assumir funções diversas, em que a possibilidade de funcionalização passa pela prévia apropriação como forma de domínio sobre o espaço-território, e em que, só então, poderão efetuar-se as adequações à nova função. Para tanto, é necessário o controle sobre o espaço-território em si mesmo, sobre o que ele contém e sobre os homens que o habitam.

Ao analisar a passagem do espaço ao território, Raffestin (1993) propõe um modelo espacial sistêmico para dar conta das intrincadas configurações geográficas que resultam das relações de poder que então se dão. No seu modelo superfícies, pontos e linhas se articulam enquanto tessituras, nós e redes. Conforme o autor, “[...] a tessitura territorial pode comportar níveis que são determinados pelas funções que devem se realizar em cada uma dessas malhas. Conforme a

importância e a natureza das funções ligadas a cada nível, se poderá falar de centralizações ou de descentralizações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-154).

A tessitura é assim um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes, havendo aqueles que intervêm em todas as escalas e os que estão limitados a escalas dadas. Cumpre ainda lembrar que, em semelhança à metáfora da quadra poliesportiva de Moreira (1979) “[...] as tessituras se superpõem, se cortam e se recortam em cessar” (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Através das tessituras, dos nós e das redes de Raffestin é possível vislumbrar uma articularidade escalar entre os poderes intra e intersociais, configurando um “sistema territorial” que é, ao mesmo tempo, produto e meio de produção. O autor ainda destaca, em convergência com as preocupações já levantadas neste artigo, a necessidade da introdução do tempo, tanto pelas razões já expostas como também “[...] por causa das redes abstratas, cujos picos podem ser concretos e visíveis, mas não os arcos que ligam esses pontos: redes de rádio e de televisão, redes bancárias, etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Ao apontar a multidimensionalidade do território vivido, Raffestin (1993) o caracteriza como processo e produto territorial através de um “sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, e propõe uma noção de territorialidade construída a partir de uma problemática relacional como “[...] um conjunto de relações que se origina num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 60). A territorialidade definida a partir de então pode ser “simétrica ou assimétrica” e “estável ou instável” em decorrência da produção, da troca e do consumo; “[...] se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (sic.) (RAFFESTIN, 1993, p. 162-163).

As dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado são vistas por Moreira (2002) a partir da ótica do público e do privado na ordem espacial burguesa como “espaço” e “contra-espaço”. Para este autor “[...] toda sociedade funciona por meio de mecanismos de ordenamento determinados. É isto o arranjo de espaço”, que se faz por meio de regulação e que aparece na forma da regra e da norma. O espaço geográfico se inicia com a escolha da localização, que leva à distribuição, a qual resignifica a localização e o espaço. Dos olhares resultantes deste conflito de referências surge o uno, a partir da localização, e o múltiplo, referenciado na distribuição, configurando a dialética localização/distribuição nos olhares. O arranjo espacial resultante, seja como infra-estrutura ou superestrutura, depende do tempo (ritmo?) das acumulações mercantil, industrial e financeira.

O primeiro é o “arranjo formal das regiões homogêneas”; o segundo é o “arranjo do espaço hierarquizado e nacionalmente integrado em regiões polarizadas”; o terceiro é o “arranjo do espaço em rede”. A este arranjo econômico superpõe-se o arranjo superestrutural “[...] com suas regras e normas de regulação”. A dialética resultante remete ao território:

Cada recorte territorial é um plano de domínio pluralizando o poder dentro da sociedade do Estado. As territorialidades fazem do conjunto do arranjo um complexo de micropoderes, uma rede de capilaridade densa e infinita e que joga o conceito e a existência do poder para além do poder do Estado. Isto tanto no arranjo econômico, do poder capilar das empresas, quanto no jurídico-político, do poder capilar dos organismos de representação da sociedade civil, como no ideológico-cultural, do poder capilar das instituições do imaginário e das representações de mundo, responsáveis, dirá Gramsci (1978), pela construção das hegemonias. (MOREIRA, 2002, p. 53).

A partir das noções de “bloco histórico” e “sociedade civil”, Moreira afirma, baseado em Gramsci, que “o espaço nasce e move-se como um ato de superestrutura” na medida em que “[...] nem sempre é a lei do valor que prepondera no jogo social das regras e das normas que definem a

regulação espacial”, sendo a sociedade civil “[...] sua elaborante dentro do bloco” e cerne do “[...] movimento do privado e do público” (MOREIRA, 2002, p. 58-59).

Embora a regulação burguesa construa sua ordem espacial civil, pública e privada na história através de regras, normas e modos de regulação, este disciplinamento via espaço não se configura consensual na sociedade civil, do que se origina no seio da mesma o contra-espaço, como “[...] arranjo e manifestação espacial dos que contestam, numa afirmação do outro, a ordem do bloco histórico” (MOREIRA, p. 63).

Para este autor, “[...] a construção espacial das sociedades revela-se como um ato de política. Os embates econômicos entram com seu poder de domínio no embate. Mas é a ação política que dá a sua palavra final” (MOREIRA, p. 66).

Pelo exposto, vai se configurando o âmbito em que se deve concentrar a análise da relação espaço-território e poder. Este âmbito converge para a política e nela se fixa sobre a política territorial conforme definida por Sánchez (1992), como “[...] o conjunto de planejamentos estratégicos a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assumam as formas adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político” (SÁNCHEZ, 1992, p. 69).

Porém, em política, e particularmente na política territorial, a não-política territorial, ou uma política territorial não explicitada, assumem com frequência a forma de uma efetiva política territorial. Do que resultarão uma série de atuações de impacto territorial real que não respondem a planejamentos prévios sobre o que deveria fazer-se com o território e, portanto, sem que respondam a uma visão de conjunto, nem territorial, nem social. E isto é assim pelo fato de que toda atuação social comporta sempre uma componente espacial-territorial, na dupla dimensão de ter em conta as características prévias do espaço-território em que tem lugar e, de outro, de considerar os efeitos derivados que sobre este se produzirão.

REFERÊNCIAS

BARRIOS, S. **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

CASTRO, I. E. O Problema da Escala. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. (Org.) CASTRO, I. E; GOMES, P. C.C.; CORREA, P.L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Editora Contexto/EDUFF, 2002.

MORAES, A.C. R.; COSTA, W.N. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MOREIRA, R. A. Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: 1990.

_____. O Espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. **Revista Território Territórios**. Niterói: PPGEU-UFF/AGB, 2002.

SÁNCHEZ, J.E. **Geografia Política**. Madrid: Editora Síntese, 1992.

SANTOS, M. **Técnica Espaço e Tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

SOUZA, M.L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C.C.; CORREA, P.L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.